

CONTEXTO E HISTÓRICO DO LICENCIAMENTO DO PROJETO BAIXIO DE IRECÊ

A seguir é apresentado o histórico do Licenciamento do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê - PBI, tendo em vista o conhecimento do estágio em que se encontra o processo de licenciamento já efetuado, bem como as debilidades que esse processo apresentou.

Em 12/06/1996 foi requerida a Licença de Localização (LL) para o PBI, referente ao Processo Nº. 96000035/7, junto ao Centro de Recursos Ambientais da Bahia – CRA/BA, dando início ao processo de licenciamento ambiental do Projeto Baixio de Irecê.

Em 11/10/96 foi protocolado o EIA/RIMA, de acordo com o Termo de Referência (TR) fornecido pelo órgão licenciador (CRA/BA). O processo foi suspenso por solicitação da própria CODEVASF e em acordo com o CRA/BA, em face da necessidade de adequação do projeto.

Em março de 1999 foi emitido pela CODEVASF o Ofício de encaminhamento do EIA/RIMA, com as readequações realizadas e aprovadas pelo CRA. Foram elaboradas cartilhas com resumo do RIMA para população local antes da realização das Audiências Públicas.

Em 15 e 16 de maio de 1999 foram realizadas pelo CRA as Audiências Públicas do projeto visando a apresentação dos Estudos Técnicos, Econômicos e Ambientais às comunidades dos municípios diretamente envolvidos, respectivamente nos municípios de Xique-xique e Itaguaçu da Bahia.

No dia 31 de maio de 1999 foi criada a Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, pela Resolução Nº 189/99, para atender às atividades ambientais da CODEVASF, em todos os empreendimentos na área da 2ª Superintendência Regional, bem como definição de suas competências.

Em 23 de julho de 1999 foi emitida a Licença de Localização do PBI à CODEVASF, pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), por meio do Centro de Recursos Ambientais, através da Resolução nº 1990/99. Essa Licença de Localização, válida por 2 anos, para o projeto de irrigação do Baixio do Irecê, possuía uma área irrigada total de 59.630,8 há, nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, mediante cumprimento de 10 condicionantes.

Em 11 de agosto de 1999, a Secretária de Recursos Hídricos emitiu a Outorga da água através da Portaria nº 065. Essa portaria resolve outorgar à CODEVASF direito de uso de recursos hídricos do rio São Francisco, para captação de água com finalidade de irrigação, para atender à 1ª etapa do Projeto Baixio de Irecê, localizado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, pelo prazo de 5 anos, ou seja, até 11 de agosto de 2004.

Em 02 de setembro de 1999, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Governo da Bahia, por meio do Departamento de Desenvolvimento Florestal – DDF, autorizou a Supressão da Vegetação Nativa para fins de uso alternativo de solo em uma área

de 1094 ha, correspondente à 1ª etapa do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê. Nesse momento foi apresentado Plano de Desmatamento da área solicitada.

No dia 17/09/99 foi emitida a Resolução N° 2074/99, pelo CRA/BA, autorizando a emissão da Licença de Implantação à Codevasf, mediante o cumprimento da legislação vigente e das condicionantes propostas na mesma. Em 05 de outubro de 1999, a CEPRAM emitiu Licença de Implantação para o projeto de irrigação Baixio de Irecê, em uma área de 10.209,03 ha, nos municípios de Xique-Xique e Itaguaçu-BA com validade de 2 anos, conforme processo CEPRAM N° 990001513/4, observadas as condições estabelecidas na Resolução N° 2074 de 17/09/99.

No dia 01/10/01 foi feita reunião entre a CODEVASF e o CRA/BA para discussão a respeito de requerimento de uma nova Licença de Implantação para o Projeto Baixio de Irecê. A nova LI foi solicitada e protocolada no Processo N° 960000735/7 junto ao CRA/BA.

Em 10 de julho de 2003, o Centro de Recursos Ambientais - CRA autoriza a emissão da Licença de Implantação, válida por 4 anos, à CODEVASF, para implantação do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê - ETAPA 1A, mediante o cumprimento da legislação vigente e dos condicionantes constantes na íntegra da Resolução. A Licença para o PBI foi emitida com 14 condicionantes, sendo o texto encontrado na íntegra na Resolução N° 3179/2003 do CRA tendo o vencimento no dia 10/07/07.

No início do ano de 2006 começaram as discussões a respeito da realização de uma Parceria Público Privada para a realização do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê, entre a CODEVASF e uma concessionária a ser escolhida por meio de processo licitatório.

Em maio de 2006 a CODEVASF solicita a renovação de Outorga de Direito de uso dos Recursos Hídricos através de formulários enviados à ANA na modalidade de derivação ou captação de água com a finalidade de irrigação, para o Projeto Baixio do Irecê, localizado no município de Xique-Xique, Bahia. Numa última consulta feita a CODEVASF a respeito do assunto esse órgão ainda não havia se pronunciado formalmente a respeito da emissão da Portaria renovando esse direito. Em conversa informal com essa agência, a mesma deverá emitir uma espécie de “outorga preventiva”, para a reserva de disponibilidade hídrica, visto que a outorga de direito de uso da água deverá ser emitida somente após o processo licitatório, já em nome do futuro concessionário (Parceiro Privado).

No dia 1º de junho de 2006 foi realizada uma reunião junto ao CRA/BA, com a participação de representantes da CODEVASF, CODEVERDE (parceiro privado em potencial) e ALLERCE (empresa responsável por assessorar a CODEVASF no licenciamento ambiental, à época), para discutir a recondução do Processo de Licenciamento Ambiental do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Diante do quadro sócio-econômico observado no sertão do nordeste brasileiro, os projetos de irrigação surgem como uma positiva alternativa, se não uma das únicas para promoção do desenvolvimento de forma estruturada na região.

O projeto de irrigação Baixio de Irecê (PBI), localizado no Vale do São Francisco, na bacia do Rio Verde, visa integrar a área do semi-árido do nordeste brasileiro ao processo produtivo nacional, já que o solo do local apresenta potencial à agricultura irrigada, além de promover o desenvolvimento sócio-econômico das famílias daquela região.

Segundo o Relatório Final do Programa de Ações Estratégicas – PAE para o gerenciamento integrado da Bacia do Rio São Francisco e da sua Zona Costeira, cerca de 27% da Bacia do Rio São Francisco apresenta solos aptos para a agricultura, dos quais 3.000.000ha com potencial de serem irrigados, o que demonstra a viabilidade da implantação de projetos de irrigação na região.

Outros projetos de irrigação, similares ao Projeto de Irrigação do Baixio de Irecê, já foram implantados no semi-árido e obtiveram efeitos positivos. Segundo o Relatório Final do PAE, a avaliação da irrigação em 55 sistemas de irrigação situados no norte de Minas, região de Bom Jesus da Lapa, Oeste baiano, região de Irecê e pólo Juazeiro-Petrolina indicou que, em geral, os sistemas de irrigação apresentaram boa uniformidade e eficiência.

A agricultura irrigada surge como peça fundamental no sentido de proporcionar o crescimento da produção de alimentos, melhorando a utilização dos diversos fatores de produção, reduzindo custos inerentes às oscilações climáticas e assegurando aumento na produção e produtividade (EIA/RIMA). Além disso, o PBI seria responsável pela geração de empregos na região e melhoria na qualidade de vida da população, visto que as condições de saneamento e infra-estrutura da região apresentarão desenvolvimento com a implantação do projeto.

O modelo tradicional adotado pelo Governo Brasileiro (CODEVASF) para implantação dos projetos de irrigação tem gerado desenvolvimento, mas está esgotado como já explicitado neste relatório.

Aliado a incapacidade financeira do Governo em implantar novos projetos, a gerir os já implantados e a estruturar o conceito de cadeias agrícolas, estes projetos não atingem sua plena função sócio-econômica de gerar desenvolvimento sustentável com menor investimento público.

Nas mãos da iniciativa privada a velocidade de implantação e a facilidade em alavancar infra-estruturas de apoio possibilitarão ganhos mais rápidos à sociedade, garantindo um processo de desenvolvimento contínuo e seguro.

Diante dos fatos, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, representando o Ministério da Integração Nacional e o Governo Brasileiro, tem a intenção de delegar ao setor privado as obras já executadas (Etapa 1A), a finalização das obras de infra-estrutura de uso comum (estações de bombeamento, canais principais, drenos, estradas internas), bem como a operação e manutenção de toda a citada infra-estrutura do Projeto Baixio de Irecê, nos termos da Lei 11.079 de 30 de novembro de 2004, que regulamenta a Parceria Público Privada (“PPP”) no âmbito da administração pública.

A PPP é uma modalidade de concessão que tem por objeto (i) a execução de serviço público, precedida ou não de obra pública, remunerada mediante tarifa paga pelo usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou (ii) a prestação de serviço de que a

Administração Pública seja usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento/instalação de bens, mediante contraprestação do parceiro público.

No modelo da PPP, os parceiros têm responsabilidades distintas, definidas em um contrato acordado por ambas as partes. O poder concedente fica responsável por todo o passivo gerado até a assinatura do contrato da PPP e pela obtenção da Licença de Implantação, sem a qual não é possível se proceder ao processo de licitação. A partir daí, a concessionária fica responsável pelo passivo gerado pela construção, operação e manutenção do empreendimento, além da manutenção e obtenção de futuras licenças ambientais necessárias para o andamento das obras e operação do projeto, bem como pela execução das condicionantes das respectivas licenças.

Atualmente o projeto encontra-se com Licença de Localização (Resolução CEPRAM N° 1990) para todo o empreendimento (área irrigável total de 59.630,8ha) emitida em 23 de julho de 1999, com prazo de validade por 2 anos. O Projeto dispõe também da Licença de Implantação para a 1ª. Etapa do PBI, correspondente a uma área de 10.209,3 ha, emitida em 5 de outubro de 1999, com um prazo de validade de 2 anos.

Foi solicitada a renovação da Licença de Implantação da Etapa 1A e esta foi renovada em 10 de julho de 2003, pelo CRA/BA, sendo esta Licença de Implantação válida por um período de 4 anos, com vencimento no dia 10 de julho de 2007.

Em 12 de julho de 2007, por intermédio da Portaria CRA n° 8401, foi concedida a prorrogação do Prazo de Validade, por 04 (quatro) anos, da licença de implantação do PBI – Etapa 1A, concedida através da Portaria CRA n° 3179, publicada no DOE de 10/07/2003. Essa prorrogação permitirá a continuidade das obras de prolongamento do canal principal do PBI, em fase de licitação pela CODEVASF.

Conforme descrito neste relatório, sugere-se reestruturações conceituais e técnicas ao Projeto não integrantes do EIA/RIMA existente, o que fez com que a área útil para irrigação fosse alterada de 59.630,9 para 54.252,9 ha. Esta reestruturação gerou ajustes de lay-out em função da eliminação de alguns solos com risco de drenabilidade e da substituição de áreas de reserva legal visando o conceito de corredor ecológico.

Diante dessas alterações, consultou-se o órgão ambiental da Bahia sobre quais as providências a serem tomadas para os licenciamentos neste novo conceito. Definiu-se como estratégia ambiental que seria requerido pela CODEVASF o licenciamento de implantação de todas as fases seguintes e a elaboração de estudos complementares ao EIA/RIMA possibilitando não só uma atualização de contexto como também a confirmação da viabilidade sócio-ambiental deste projeto.

Tal estudo complementar está apoiado em um Termo de Referência, cuja minuta foi enviada formalmente para o CRA pela CODEVASF no dia 16 de julho de 2006, por intermédio do ofício n° 406/2007/PR/GB. A proposta é que seja adotada a proposta de Agropolo para o licenciamento do empreendimento, com base no Decreto Estadual n° 10.193, de 27 de dezembro de 2006.

Em 16 de agosto de 2006 ocorreram reuniões entre a CODEVASF, o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia, Sr. Juliano Matos e o Diretor de Licenciamento do CRA César Gil, onde foi reiterada a necessidade de análise da minuta de atualização dos estudos ambientais do PBI. Em 31 de agosto de 2007, foi reiterada a solicitação de aprovação da minuta de atualização dos estudos, por intermédio do ofício nº 590/2007/PR/GB, bem como sugerida a estratégia geral de licenciamento do empreendimento, a saber:

- Readequação dos estudos ambientais, de acordo com a minuta de TR como já citado;
- Apresentação dos estudos ambientais complementares ao CRA/CEPRAM;
- Realização de Reunião ou Audiência Pública junto à comunidade;
- Emissão da licença de agropólo para todo o empreendimento.

Visando atender a lei correspondente estima-se que quando da publicação do Edital de Licitação do PBI na modalidade PPP, o Poder Concedente (Ministério da Integração Nacional/CODEVASF), apresente as licenças devidamente validadas e o respectivo passivo.

Quanto ao caso das outorgas de direito de uso da água, foi emitida a Portaria SRH N° 65/99, em 11 de agosto de 1999, que concedia o direito de uso da água por um período de 5 anos.

Em 04 de junho de 2007, por intermédio da Resolução nº 215, a Agência Nacional de Águas – ANA emitiu a outorga preventiva de uso de recursos hídricos para CODEVASF do PBI, com vazão máxima total de captação de 208.998,0 m³/h (58.055,0 L/s). A outorga preventiva tem validade de três anos, e condicionada à uma série de exigências técnicas (anexo em formato PDF com íntegra da Resolução).

Desta forma, a estratégia de licenciamento do empreendimento prevê a atualização dos estudos ambientais conforme Termo de Referência citado, para solicitação de nova licença ambiental de todo o empreendimento segundo o modelo de Agropólo. Segundo o artigo 12 do Decreto nº 10.193, de 27/12/06, será emitida uma única licença conjunta, com base em zoneamento e plano de gestão agro-ambiental, elaborados conforme Termo de Referência aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM.